



DESTAQUES

OMS lança imagem do Dia Mundial sem Tabaco

A imagem é sombria. O perfil assustador de um homem esconde em capote preto produtos ilegais que exhibe aos clientes: charutos, munições, armas, seringas, facas, dinheiro e cigarros, muitos cigarros. Ao lado, letras expressivas com a frase “Cuidado, tabaco ilegal”. Esta é a imagem da campanha do Dia Mundial sem Tabaco 2015 lançada pela Organização Mundial de Saúde.

Segundo a OMS, um em cada 10 cigarros, e muitos outros produtos do tabaco consumidos em todo o mundo são ilegais, tornando o comércio ilícito de produtos de tabaco uma preocupação mundial em diversas perspectivas da saúde, justiça, economia, para o governo incluindo a corrupção.

A indústria do tabaco e grupos criminosos estão entre os que lucram com o comércio ilegal de tabaco, deixando ao público a triste fatura com despesas de saúde e de segurança.

A ratificação por parte dos governos do Protocolo para eliminar o comércio ilícito de produtos do tabaco é necessária para responder aos impactos jurídicos e de saúde financeiras do comércio ilícito de produtos do tabaco.

A ação direcionada da OMS para promover um maior empenho dos países para combater o comércio ilícito do tabaco conta no momento com sete assinaturas, sendo que o Brasil ainda estuda como será sua colaboração.

Aprovado em 2012, o protocolo para eliminar o comércio ilícito de produtos de tabaco reconhece que o comércio ilícito não é um problema exclusivo de países desenvolvidos, e que somente o comprometimento dos Estados que assinaram a CQCT resultará em cooperação na segurança através da inteligência, e maior conscientização do mercado, o que levará a retração do contrabando de tabaco.

A formulação do protocolo envolveu representantes de 27 países, incluindo delegação do Brasil, das áreas de saúde, finanças, aduanas e da sociedade civil, com apoio do Banco Mundial e do Centro Interamericano de Administrações Tributárias, que discutiram exaustivamente estratégias de implementação do artigo 15 da CQCT.

O envolvimento preliminar do Brasil, um dos precursores da CQCT, precisa agora se desdobrar em ações práticas que possam servir de estímulo a outros países em desenvolvimento.

Fonte: SE-Conicq

BRASIL

Brasil promove reunião da Comissão Intergovernamental para Controle do Tabaco

Ocorreu no Rio de Janeiro, entre os dias 29 e 30 de abril, a XIX Reunião da Comissão Intergovernamental para o Controle do Tabaco do Mercosul (CICT-Mercosul), cujo tema principal foi discutir iniciativas globais e regionais para dar sustentabilidade técnica e financeira à implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) na região. Representantes do Brasil, Paraguai e Argentina, além do Panamá, Organização Panamericana da Saúde e a chefe do Secretariado da Convenção-Quadro, como observadores, identificaram que os gastos públicos com o tratamento dos problemas de saúde provocados pelo tabagismo são muito superiores à arrecadação com impostos pagos pela indústria do tabaco.

A 6ª Sessão da Conferência dos Estados Partes da Convenção-Quadro (COP6), realizada em outubro de 2014, reconheceu que os recursos financeiros governamentais destinados às políticas de controle do tabaco ainda são insuficientes para deter os danos sociais, econômicos e ambientais causados pelo consumo de produtos de tabaco. O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP na sigla em inglês) declarou que o consumo de produtos de tabaco custa anualmente de 1 a 2% do Produto Interno Bruto em todo mundo.

Também foram abordadas iniciativas já adotadas nas Américas do Sul e Central para avaliar o impacto econômico relacionado ao consumo de produtos de tabaco e para avaliar custo efetividade da implementação de medidas da CQCT. Os delegados da CICT-Mercosul entendem que o dimensionamento dos custos diretos e indiretos decorrentes do consumo de produtos de tabaco é um instrumento importante nas negociações necessárias para a criação de mecanismos de sustentabilidade para as políticas. De acordo com a publicação Tobacco Atlas, da American Cancer Society, nos países de baixa renda os gastos públicos com políticas de controle do tabaco está em torno de 68 milhões de dólares para combater um total de 4,3 milhões de mortes, enquanto os gastos públicos com outras enfermidades transmissíveis, como tuberculose, malária e AIDS, são muito mais elevados para enfrentar uma mortalidade significativamente menor.

Ao fim foram pactuadas estratégias para aumentar a visibilidade regional dos custos tabaco relacionados e iniciativas para promover a sustentabilidade da implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco na região.

Fonte: SE-Conicq

DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO

Com dólar alto, agricultores do PR trocam plantio de fumo pelo kiwi

Em Mallet, na região dos Campos Gerais do Paraná, produtores rurais trocaram o plantio de fumo pelo cultivo de kiwi. A região fria abriga mais de 30 fruticultores, que estão em época de colheita da fruta. Com o dólar alto, a procura pela fruta importada perdeu espaço para a produção nacional.

Alfredo Drewnoski é um dos pioneiros. Começou com 30 mudas e hoje produz 40 toneladas por ano. "Esse ano o kiwi deu bom, está com o tamanho certo e o açúcar no ponto exato", diz o agricultor. Outro produtor chega a contratar pelo menos 20 pessoas para ajudar no trabalho, que é manual. "Vale a pena o investimento. É plantar, produzir, que a venda é certa", afirma o produtor Silvestre Gabriel.

Com a safra deste ano, os produtores conseguem receber, em média, um valor considerado bom - R\$ 1,50 pelo quilo. "O que está colhido está vendido. O que ainda não foi colhido, também já foi vendido", garante Rafael Klein, secretário de Agricultura de Mallet.

Fonte: G1 – O Globo

<http://g1.globo.com/pr/parana/caminhos-do-campo/noticia/2015/05/com-dolar-alto-agricultores-do-pr-trocam-plantio-de-fumo-pelo-kiwi.html>

Documentário produzido pelo DESER discute produção de tabaco no Sul do País

Entre o tabaco e o cigarro, o primeiro, plantado e colhido pelo agricultor e o segundo, construído pela indústria, reside a nicotina.

Esta associação é quase sempre esquecida nas cidades, mas o resultado para quem fuma cigarro ou manuseia tabaco é o mesmo: adoecimento lento, progressivo, e estatisticamente seguido de morte.

Para denunciar que o manuseio do tabaco também afeta a saúde do agricultor, o Departamento de Estudos Sócio- Econômicos Rurais (Deser), produziu o documentário "Tabaco - As folhas da incerteza", em parceria com a Ong americana Tobacco Free Kids (TFK), retratando a realidade de fumicultores do Centro Sul do Paraná.

Através de depoimentos dos agricultores e de especialistas em fumicultura, a produção, dirigida pelo jornalista José Pires, destaca as famílias que cultivam fumo e a necessidade do fortalecimento de programas de diversificação na agricultura, alternativas economicamente viáveis de substituição do tabaco.

Os malefícios do manuseio frequente do tabaco, que pode ocasionar enfermidade conhecida como doença da folha verde, vão desde intoxicações causadas pelo contato da folha com a pele, danos na coluna, depressão e outros efeitos causados pelo trabalho penoso e pelo uso de agrotóxicos.

O Brasil é o maior exportador mundial de tabaco (476 mil toneladas em 2014) e o segundo maior produtor, ficando atrás apenas da China. Cerca de 160 mil famílias plantam fumo em 640 municípios brasileiros, sendo que 97% estão nos três estados do sul do país.

Fonte: Deser/SE-Conicq

Revista destaca adoecimento entre fumicultores

A revista Galileu, das Organizações Globo, publicou uma reportagem dando voz a agricultores que sofrem da enfermidade reconhecida somente em 2009 pelo Ministério da Saúde, como “doença da folha verde do tabaco.”

Trata-se de uma intoxicação dérmica aguda, que pode elevar em 50 vezes o nível de nicotina no sangue principalmente em agricultores não fumantes, causando vômito, diarreia, dores no corpo, tontura e escurecimento de vista, segundo relatos dos próprios entrevistados, que integram projeto executado pelo Cepagro e apoiado pelo Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados (Ministério Público Estadual/SC).

A longo prazo, explica a Dra.Tania Cavalcante do INCA (Instituto Nacional do Câncer), esta superexposição à nicotina pode aumentar os riscos de câncer, doenças pulmonares e cardiovasculares.

INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

Afubra negocia meta com fumageiras para a próxima safra

Entre os dias 29 e 30 de abril representantes dos fumicultores se reuniram com a Indústria do Tabaco para negociar a meta de produção para a safra 2015/16 que atenda as necessidades das empresas, já que estas detém os insumos que são repassados aos fumicultores formando a cadeia integrada. A reunião teve caráter de urgência já que em maio os agricultores preparam as mudas de tabaco para, em julho, iniciar o transplante para a lavoura.

Entre 2014/15, inúmeros fumicultores tiveram suas produções recusadas por tabaqueiras devido ao excesso de rigor na classificação, rejeição de algumas partes do tabaco e diferença nas tabelas de preços, sendo reajustadas algumas classes em detrimento de outras. As tabaqueiras alegaram estoque em excesso, retração da demanda global além do aumento do consumo de tabaco contrabandeado.

Segundo representante da Afubra, a quebra nos acordos para aquisição da produção por parte da Indústria do tabaco ameaça o sistema integrado já que a sustentabilidade da cadeia produtiva estabelece compromisso entre as solicitações por parte das tabaqueiras, a produção dos fumicultores, e a aquisição das mesmas pelas tabaqueiras fechando o ciclo produtivo.

O impasse na safra 2014/15 levou os fumicultores a protestarem em Venâncio Aires (RS). Na ocasião, o presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Benício Albano Werner, disse que é preciso produzir menos tabaco.

“Não podemos chegar na virada do ano e dizer que temos muito fumo. O produtor não pode assumir custos elevados, muitas vezes até com a contratação de mão de obra, e depois receber valores baixos como o da atual safra”, definiu Werner.

Fonte: Portal do Tabaco/ SE-Conicq
<http://portaldotabaco.com.br/?p=765>

MUNDO SEM TABACO

Uruguai reduz consumo de tabaco entre jovens de 22,8% em 2006 para 8,2% em 2014

Confirmando a utilização pelo Uruguai de políticas corretas contra a disseminação do tabaco entre jovens, o ministro da Saúde, Jorge Basso, disse, em coletiva de imprensa, no dia 19 de abril, que "há uma redução acentuada no consumo de tabaco entre os jovens, e julga que o Uruguai está no caminho certo".

Prova disso é que o consumo de tabaco entre os jovens de 13 a 15 anos caiu de 22,8% para 8,2% entre 2006 e 2014, de acordo com o Global Youth Tobacco Survey 2014 (GYTS), apresentado pelo Ministério da Saúde Pública (MSP) e da Junta Nacional de Drogas (JNS), em 15 de março.

Em 2006, 19,7% de jovens nesta faixa etária fumavam; em 2014 caiu para 7,2%. As mulheres jovens, por sua vez, fumam mais, 24,6% em 2006 e 8,7% em 2014.

O primeiro levantamento foi feito em 2006, durante o primeiro governo de Tabaré Vázquez, e segundo em 2014, no governo de José Mujica.

Por conta dos avanços nas políticas anti-tabaco como a das embalagens genéricas e advertências maiores, o Uruguai está sendo processado pela Philip Morris no tribunal da Organização Mundial de Comércio.

Fonte: El país
<http://www.guiademidia.com.br/acessar-o-jornal-internacional.htm?http://www.elpais.com.uy/>

Biocombustível a base de tabaco pronto para ser testado na aviação

A empresa aérea Sul-Africana SAA e a Boeing anunciaram que até o fim de 2015 a primeira safra de uma espécie de tabaco será utilizada para testar um biocombustível sustentável para a aviação.

Denominado Project Solaris, o trabalho está voltado para o desenvolvimento de uma cadeia de suprimentos de biocombustível para aviação que usa uma planta de tabaco livre de nicotina e organismos geneticamente modificados chamada Solaris.

Na África do Sul, 50 hectares de Solaris foram plantados, e a safra de testes foi colhida pela primeira vez em dezembro de 2014.

O plano é escalonar o uso de biocombustíveis em voos para 20 milhões de litros em 2017, antes de alcançar 400 milhões em 2023. A alternativa também diminuiria os custos com combustíveis da SAA, que contribuíram para entre 39% e 41% dos custos operacionais totais da empresa.

Artigo do membro do Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS) Luiz Carlos Bhering Nasser, entende que o biocombustível ajuda na redução do tabagismo na África do Sul, além de minimizar os gastos com querosene das companhias aéreas.

“Para um biocombustível fazer sentido, a fonte (espécie de tabaco apropriada) deve ser cultivada localmente, visando minimizar os custos de transporte e da pegada de carbono, como tabaco já é cultivado na África do Sul e o país se esforça para reduzir o tabagismo, o uso dessa planta para combustível minimiza o impacto, para os africanos.”

Segundo Nasser, o altíssimo custo da utilização do biocombustível inviabiliza a mudança a curto prazo.

“Em 2012, as companhias aéreas do mundo gastaram 209 bilhões de dólares americanos, em combustível convencional (grande parte, querosene para motores a jato) sendo o combustível 33% dos seus custos operacionais. Se eles mudarem para biocombustíveis agora, esse número dispararia: o material feito a partir de plantas que está sendo usado até agora é mais caro do que o querosene de aviação tradicional a jato, daí a necessidade de planejamento, produção, disponibilização e uso de fontes alternativas de combustíveis renováveis, sendo assim a maneira de reduzir os custos dos biocombustíveis é expandir a oferta”, finaliza.

Fonte: Transporta Brasil/SE-Conicq

<http://www.transportabrasil.com.br/2015/01/biocombustivel-a-base-de-tabaco-sera-testado-na-aviacao/>

ARTIGO

Os Perigos do tabaco sem fumaça

Os fabricantes de produtos de tabaco sem fumaça – cigarro eletrônico – alegam que seus produtos são mais seguros do que os cigarros tradicionais porque os usuários não inalam o alcatrão e produtos químicos tóxicos resultantes da queima do tabaco. Eles escondem outros danos e riscos, que também são potencialmente perigosos. Para os

reguladores federais, proteger a saúde pública necessitará olhar para outros perigos além da fumaça.

Um grande problema que eles precisam focar é o crescente mercado de cigarros eletrônicos, que transforma nicotina líquida em vapor inalado. A mais recente pesquisa realizada pelos Centros de Controle e Prevenção de Doenças do tabagismo publicada em 16 de abril constatou que, em 2014, 13,4% dos estudantes do ensino médio usaram cigarro eletrônico, pelo menos, uma vez por mês, um aumento de 4,5% em 2013; 3,9% dos alunos do ensino médio usaram cigarros em 2014, acima dos 1,1% em 2013. Ao todo, cerca de 2,45 milhões de alunos utilizaram cigarros eletrônicos no ano passado.

Alguns especialistas dizem que a notícia positiva é que a porcentagem de alunos do ensino médio que fumam cigarros tradicionais caiu drasticamente no ano passado, para 9,2%, e eles atribuem esta tendência ao uso de e-cigarro.

Mas a diminuição do tabagismo entre estudantes começou antes do rápido aumento na utilização do e-cigarro, e foi provocada principalmente por fatores como o aumento dos impostos e as campanhas que destacaram os perversos efeitos do tabagismo, de acordo com Dr. Thomas Frieden.

A nicotina é altamente viciante, não importa em qual meio ela é ingerida. Mesmo sem queima do tabaco, os e-cigarros trazem riscos reais para a saúde. A nicotina pode prejudicar o desenvolvimento do cérebro adolescente e causar danos à cognição duradouros. Também é possível que, uma vez dependentes em nicotina, os jovens poderão progredir para os cigarros tradicionais.

Grandes empresas de tabaco estão vendendo e-cigarros com as mesmas táticas utilizadas no passado para promover cigarros convencionais, como a voltada para os adolescentes com promoções especiais e aromatização de seus produtos. Uma reportagem da revista Times mostrou que enquanto alguns estudantes dizem que usam e-cigarros para evitar fumar cigarros ou maconha, outros que nunca fumaram agora estão usando e-cigarros, levantando a possibilidade de que eles podem se tornar dependentes da nicotina.

A Food and Drug Administration, propôs regras de comercialização do e-cigarro que incluiu uma proibição nacional sobre a venda a menores de 18 anos, as penas para os varejistas que vendem a menores, e as exigências para que os fabricantes informem à FDA quais ingredientes e produtos químicos tóxicos estão em seus produtos. Esse é um bom começo, mas a agência deve ir mais longe e proibir sabores e embalagens destinados a atrair os jovens, além de limitar a comercialização na televisão de programas assistidos por jovens.

Fonte: New York Times

<http://www.nytimes.com/2015/04/23/opinion/the-perils-of-smokeless-tobacco.html?hp>

CIGARRO ELETRÔNICO

Portugal aprova restrições ao tabaco e ao cigarro eletrônico

Proibição de aditivos e de fumar em espaços públicos fechados ocorrerá a partir de 2020

O Conselho de Ministros do Governo de Portugal aprovou no dia 23 de abril a revisão da lei do tabaco, que prevê a proibição do cigarro eletrônico com nicotina e de fumar em espaços públicos fechados.

Em coletiva de imprensa após a reunião do Conselho de Ministros, o Ministro da Saúde, Paulo Macedo, explicou que, em relação às medidas inscritas na nova lei do tabaco, o objetivo é “proteger os cidadãos da exposição involuntária ao fumo”, “proteger os próprios tabagistas” e disponibilizar mais e melhor informação.

São diversas as medidas aprovadas: desde logo, os maços de tabaco “vão passar a ter imagens” com o objetivo de sensibilizar os tabagistas para os perigos do tabaco.

Serão também eliminados todos os “aspectos que digam respeito a considerações de natureza subjetiva”, como as definições de “light” ou “suave”. Além disso, todos os produtos de tabaco “com aromas, como menta, por exemplo, serão proibidos a partir de 2020” explicou Macedo.

O Presidente Pedro Passos Coelho vai apostar também num aumento do “combate ao tráfico ilícito de tabaco”, através da criação de um “identificador único” e de “elementos de segurança” que vão constar em cada maço de tabaco. O objetivo é aumentar a “rastreadabilidade” dos maços.

Quanto à proibição de fumar em espaços públicos fechados, o Governo pretende acabar com a “atual separação que existe entre espaços contíguos de tabagistas e não tabagistas”, admitindo, no entanto, que estabelecimentos com alguma dimensão possam ter “espaços reservados a fumantes”.

A medida só vai entrar em vigor em 2020, de maneira a garantir a “proteção dos investimentos já feitos”, explicou o ministro da Saúde.

Os cigarros eletrônicos também foram proibidos em lugares públicos fechados, e o “comércio de tabaco à distância” a partir de lojas *online*.

A medida surge no âmbito da transposição da diretiva europeia sobre o tabaco, que não obriga a essa proibição, mas recomenda a regulamentação do uso do cigarro eletrônico. “A diretiva não harmoniza regras sobre ambientes sem fumo de tabaco. Cabe aos estados-membros regulamentar tais matérias na sua jurisdição. E nesse sentido são incentivados a fazê-lo”.

Fonte: Observador/SE-Conicq

<http://observador.pt/2015/04/23/governo-aprova-proibicao-de-fumar-em-espacos-publicos-fechados-e-venda-de-alcool-a-menores/>

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

Expediente:

Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br

Edição: Alexandre Octávio

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA